



acesse omaringa.com.br

SAÚDE

Paraná soma 159.357 casos confirmados de dengue; RS de Maringá: 12,4 mil

Foto: Fábio Reina/PMM



A 15ª Regional de Saúde de Maringá chegou à marca de 12.462 casos confirmados de dengue nesta semana, segundo o boletim divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) nesta terça-feira, 2. No período anterior, eram 11.208. Em todo o Paraná, são mais 44.985 notificações e 23.396 casos em uma semana. Há ainda, 10.454 casos descartados. Ao todo, desde 30 de julho do ano passado, o Estado já soma 351.325 notificações, 159.357 casos confirmados, 101.879 casos descartados e 77 óbitos. Ainda de acordo com o boletim, os 399 municípios do Estado já registraram notificações de dengue e 389 tiveram casos confirmados. Apenas 10 cidades não possuem casos confirmados de dengue: Adrianópolis, Agudos do Sul, Doutor Ulysses, Piên, Fernandes Pinheiro, Rio Azul, Paula Freitas, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Santana do Itararé. O boletim não registrou novas mortes pela doença. A Coordenadoria de Vigilância Ambiental da Sesa segue monitorando e auxiliando os municípios na investigação e encerramento de óbitos suspeitos por dengue. // Pág. 2

MARIALVA

Clínica dos Autistas é inaugurada oficialmente

Foto: PMM



No dia em que o mundo volta suas atenções para a conscientização sobre o autismo, 2 de abril, Marialva inaugurou a tão esperada Clínica Integrada de Atendimento ao Transtorno do Espectro Autista, já chamada como Clínica dos Autistas. A inauguração, com a presença de autoridades, familiares e dos próprios autistas, foi marcada por momentos de fortes emoções. // Pág. 2

HUM

Campanha para doação de leite humano

Foto: Arquivo/HUM

Referência na coleta, pasteurização e distribuição de leite materno para 115 municípios da região, o Hospital Universitário de Maringá (HUM), lançou nesta terça-feira, 2, a campanha para doação de leite humano. Com a crescente demanda o estoque está abaixo do normal e pode afetar o atendimento dos bebês prematuros e de baixo peso internados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI). O hospital público atende cerca de 1,6 milhão de habitantes exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). // Pág. 2



VÔLEI

Aldori é movido a sonhos, projetos e muito trabalho

Foto: Divulgação

Quando adotou a frase "Opte por aquilo que faz o seu coração vibrar", Aldori não sabia que seu autor era o guru indiano Osho (Rajneesh Chandra Mohan Jain) e nem mesmo o que ela significava. Aliás, ele não escolheu frase, escolheu a filosofia, mas ainda nem sabia disto. A primeira vez que sentiu o coração vibrar ele era ainda menino. Foi quando pisou numa quadra para, pela primeira vez, jogar vôlei e descobriu que era aquilo o que queria fazer para o resto da vida. // Pág. 8



FUTEBOL

Maringá FC se prepara à finalíssima do Paranaense

Foto: Fernando Teramatsu/Maringá FC



A semana tem sido de preparação ao Maringá Futebol Clube (MFC). Após perder na ida para o Athletico, o Dogão ganhou um período cheio para tentar reverter a vantagem do adversário na finalíssima do Campeonato Paranaense de 2024. O segundo jogo está marcado para o próximo sábado, 6, em Curitiba, na Ligga Arena, às 17h. // Pág. 8

DENGUE

Paraná soma 159.357 casos confirmados; RS de Maringá, 12,4 mil

Em todo o Paraná, são mais 44.985 notificações e 23.396 casos em uma semana. Há ainda, 10.454 casos descartados. Ao todo, desde 30 de julho do ano passado, o Estado já soma 351.325 notificações, 159.357 casos confirmados, 101.879 casos descartados e 77 óbitos

Cristiano Martinez
redacao@omaringa.com.br

A 15ª Regional de Saúde de Maringá chegou à marca de 12.462 casos confirmados de dengue nesta semana, segundo o boletim divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) nesta terça-feira, 2. No período anterior, eram 11.208.

Em todo o Paraná, são mais 44.985 notificações e 23.396 casos em uma semana. Há ainda, 10.454 casos descartados. Ao todo, desde 30 de julho do ano passado, o Estado já soma 351.325 notificações, 159.357 casos confirmados, 101.879 casos descartados e 77 óbitos.

Ainda de acordo com o boletim, os 399 municípios do Estado já registraram notificações de dengue e 389 tiveram casos confirmados. Apenas 10 cidades não possuem casos confirmados de dengue: Adrianópolis, Agudos do Sul, Doutor Ulysses, Piên, Fernandes Pinheiro, Rio Azul, Paula Freitas, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Santana do Itararé.

O boletim não registrou novas mortes pela doença. A

Coordenadoria de Vigilância Ambiental da Sesa segue monitorando e auxiliando os municípios na investigação e encerramento de óbitos suspeitos por dengue. As equipes municipais de saúde são responsáveis pela investigação das mortes suspeitas pela doença, e, após concluírem os casos, devem atualizar e encerrar as informações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde.

As 77 mortes já confirmadas pela doença foram registradas nos municípios de Antonina, Chopinzinho, São João, Ampére, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Esperança do Sudoeste, Salto do Lontra, Santa Terezinha de Itaipu, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Lindoeste, Nova Aurora, Quedas do Iguaçu, Luiziana, Mariluz, Cianorte, Marilena, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Mandaguari, Maringá, Sarandi, Apucarana, Arapongas, Cambira, Jandaia do Sul, Cambé, Londrina, Rolândia, Cornélio Procópio, Siqueira Campos, Terra Roxa, Toledo e Ivaiporã.



Foto: Fábio Reina/PM

COMPARATIVO

O documento da Sesa também apresenta um comparativo dos registros realizados na semana epidemiológica 31 a 13 desde 2019 (os boletins começam na semana 31 de cada ano). No período 2019/2020, por exemplo, nesta mesma semana o Paraná apresentava 204.807 notificações, 87.900 casos confirmados e 69 óbitos. Comparado com os dados atuais, o aumento foi de 71,53% em notificações, 81,29% em casos confirmados e 11,59% em óbitos. Em

relação a 2022/2023, com 14.032 casos confirmados e 12 óbitos, os aumentos são de 1.035% e 541%.

MUTIRÃO

A Prefeitura de Maringá realiza no próximo sábado, 6, a partir das 8h, novo mutirão em bairros da região Norte. Os agentes de combate às endemias vão intensificar vistorias em residências na região do Conjunto Habitacional Hermann Moraes de Barros, Parque das Palmeiras e Residencial Copacabana. O objetivo é orientar

os moradores sobre medidas de prevenção da doença.

A ação integrada reúne equipes das secretarias de Saúde e Fazenda. Além das vistorias aos sábados, durante a semana a Fiscalização Integrada vai notificar proprietários de imóveis da região em situação de má conservação, como lixo e mato alto, para que realizem a limpeza.

Os pacientes adultos com sintomas leves da dengue, como febre, dor muscular e/ou nas articulações, dor atrás dos olhos, dor de cabeça, náusea e vômito ou manchas avermelhadas pelo corpo, podem procurar diretamente a Unidade Básica de Saúde (UBS) Zona 7. Localizada na Rua Bernardino de Campos, 119, a UBS funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, apenas para casos de dengue. Os pacientes podem procurar diretamente a unidade, sem a necessidade de ir até as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Zona Norte ou Zona Sul.

Aos fins de semana ou após às 19h, os pacientes com sintomas de dengue podem procurar as UPAs Zona Norte ou

Zona Sul. O atendimento infantil segue no Pronto Atendimento da Criança Zona Norte ou na ala de pediatria da UPA Zona Sul. Em casos em que há sinais de alarme, ou seja, que a dengue pode ser grave, a orientação é que o paciente procure diretamente a UPA. Os sinais de alarme da dengue são: dor intensa na barriga; tontura, sonolência, pressão baixa; molesza ou irritabilidade; vômitos frequentes ou com sangue; sangramento de boca, nariz e outros e mais de quatro horas sem fazer xixi.

CUIDADOS

A melhor forma de prevenir a dengue, chikungunya e zika vírus é evitar o acúmulo de água parada, onde o mosquito transmissor se prolifera. Outras medidas fundamentais também devem ser adotadas, como a limpeza do quintal, destinação correta dos materiais descartados, fechamento completo do saco plástico de lixo, cuidado com a vasilha de água de animais domésticos, retirada de água acumulada de plantas, manutenção da água de piscinas em condições de uso, entre outras.

REGIÃO

Marialva inaugura a Clínica dos Autistas e amplia o atendimento

Luiz de Carvalho
redacao@omaringa.com.br

No dia em que o mundo volta suas atenções para a conscientização sobre o autismo, 2 de abril, Marialva inaugurou a tão esperada Clínica Integrada de Atendimento ao Transcurso do Espectro Autista, já chamada de Clínica dos Autistas. A inauguração, com a presença de autoridades, familiares e dos próprios autistas, foi marcada por momentos de fortes emoções.

A clínica foi implantada na Chácara Novo Horizonte e conta com sala de reuniões, recepção, três salas de terapias, uma sala de avaliação psicológica, duas salas de fonoaudiologia e uma sala de terapia ocupacional, além de um depósito de materiais e sanitários masculino e feminino.

A prefeitura investiu R\$ 181 mil com recursos municipais, sendo R\$ 85 mil da Secretaria da Saúde na adaptação da estrutura e R\$ 96 mil da Secretaria de Assistência Social para a aquisição de mobiliário e equipamentos.

Houve investimento também na montagem da equipe. Foram



Foto: PMM

credenciados um assistente social, um professor de Educação Física psicomotricista, três psicólogos e três psicopedagogos, mas a clínica oferece também o trabalho de fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e supervisão de Análise do Comportamento Aplicada (ABA, na sigla em Inglês).

Apesar de a inauguração só ter acontecido nesta terça-feira, a Clínica dos Autistas já vinha atendendo há mais de um mês, assistindo aos cerca de 190 moradores de Marialva que têm o transtorno do es-

pectro autista.

A idealizadora do projeto, secretária de Assistência Social e Cidadania e primeira-dama Valéria Alves Martini, contou que, em sua pasta, sempre observava a demanda dos pais e familiares por mais atenção aos autistas no que diz respeito à saúde e bem-estar. Ela diz que a ideia se concretizou porque contou com o apoio das pessoas que podiam contribuir, no caso, o prefeito Victor Martini (PP) e seus secretários, além dos familiares dos autistas.

SOLIDARIEDADE

Com estoque baixo, HUM lança campanha para doação de leite

Referência na coleta, pasteurização e distribuição de leite materno para 115 municípios da região, o Hospital Universitário de Maringá (HUM), lançou nesta terça-feira, 2, a campanha para doação de leite humano.

Com a crescente demanda o estoque está abaixo do normal e pode afetar o atendimento dos bebês prematuros e de baixo peso internados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI).

O hospital público atende cerca de 1,6 milhão de habitantes exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A coordenadora do BLH, Christyna Beatriz Genovez Tavares, explica que as doações sempre caem no início do ano e a falta de leite ficou agravada pela expansão de leitos, 12 no total e que a média de coleta está de 50 a 100 litros a menos. "Estamos coletando 250 litros, enquanto a média mensal para

atender nossa demanda seria de 300 a 350 litros.

Existem várias formas de se coletar o leite. No HUM, em casa, e nos pontos de coleta de Maringá e região que são: Santa Casa, Hospital Santa Rita, Hospital Paraná (Maringá), Posto de Coleta em Mandaguari e, em Paranavaí, o Programa Municipal Saúde da Mulher e da Criança, abastecer a Santa Casa da cidade. **(Gabriel Tazinasso)**

URBANISMO

Eixo Monumental terá o nome do bispo

O primeiro bispo de Maringá, dom Jaime Luiz Coelho, terá seu nome gravado para sempre no Eixo Monumental de Maringá, obra de urbanismo que começa na Catedral Nossa Senhora da Glória, que ele idealizou, coordenou a construção e passou boa parte da vida trabalhando, além de ter ali seu corpo e uma estátua em bronze.

A Câmara Municipal aprovou em segunda discussão o

projeto de autoria da vereadora Professora Ana Lúcia Rodrigues (PDT), que nomeia o logradouro. Esta aprovação encerra uma incômoda dívida de Maringá com seu bispo pioneiro, que foi fundador das principais entidades assistenciais da cidade e nas cidades da cidade, além de participação na iniciativa privada, criando um jornal e tendo sido um dos idealizadores da Faculdade de Ciências Econômicas, que foi o

embrião da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Nesses 11 anos desde a morte do religioso, foi sugerido seu nome em várias ruas, mas essas sugestões nunca alcançaram consenso. Até então, ninguém tinha imaginado que o nome de dom Jaime Luiz Coelho já tinha o lugar certo para designar: o mesmo lugar onde passou boa parte da vida e onde continua depois de morto. **(Luiz de Carvalho)**

OMARINGA
O JORNAL A SERVIÇO DE MARINGÁ E REGIÃO

Dia a Dia Editora e Propaganda Ltda.
Fundada em 9 de outubro de 2018
CNPJ: 31.722.654/0001-52

Diretora Geral:
Pâmela Maria Tiburcio
pamelamaria@omaringa.com.br

Editor-chefe:
Cristiano Monteiro Martinez
editor@omaringa.com.br

Diretora Comercial:
Angela Almeida Nakano
angela@omaringa.com.br

Diretor Financeiro:
Erick Matias Tiburcio
financeiro@omaringa.com.br

Diretor Jurídico:
Josué Tadashi Endo Júnior
josue@omaringa.com.br

ASSINE JÁ



(44) 3305-5461

omaringa.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Estácio de Sá, 1.251 - C

Zona 02 - CEP 87.005-120 - Maringá - Paraná - Brasil

CONTATOS:

omaringa.com.br

Fones: (44) 3305-5461 / (44) 3305-5689

contato@omaringa.com.br

REPRESENTANTE

REDEPAR

Tel: 041-3019-3500

E-mail: rdp@redepar.com.br
Rua Abrahão Kalil Fadel, 199
CURITIBA - PR

PUBLICIDADE LEGAL

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DESCARBONIZE SOLUÇÕES S.A

31 de dezembro de 2023

Com Relatório do Auditor Independente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.591	52.162	41.530
Títulos e valores mobiliários	6	134.471	228.065	166.256
Contas a receber de clientes	8	52.981	80.003	52.981
Outras contas a receber	7.2	-	-	130.637
Adiantamentos de clientes	9	374.654	1.439.158	374.654
Adiantamentos	11	5.811	56.452	5.811
Impostos a recuperar	10	32.009	130.895	32.009
Despesas antecipadas		2.615	1.517	2.615
Outros ativos		-	-	17.582
Total dos ativos circulantes		642.132	1.988.252	824.072
Ativos não circulantes				
Contas a receber de clientes	8	35.341	-	35.341
Outras contas a receber	7.2	-	-	319.551
Impostos a recuperar	10	56.565	66.968	56.565
Impostos diferidos	20.b	952.965	-	952.965
Depósitos judiciais		4.321	3.678	4.321
Investimentos	7.1	93.158	-	-
Imobilizado	12	29.586	30.547	29.586
Intangível	13	1.169.618	3.407	1.169.618
Direito de uso		9.075	12.032	9.075
Total dos ativos não circulantes		2.350.629	116.632	2.577.022
Total dos ativos		2.992.761	2.104.884	3.401.094

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Passivos circulantes				
Fornecedores	14	93.792	748.194	94.925
Debêntures a pagar	15	46.054	7.533	46.054
Obrigações trabalhistas	16	17.522	20.009	17.522
Obrigações tributárias	17	1.188	685	1.188
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	17.609	-
Adiantamentos de clientes	18	90.402	227.059	71.385
Passivo de arrendamento		3.484	3.153	3.484
Contas a pagar pela combinação de negócios	19	888.094	172.496	888.094
Dividendos a pagar	28.a	15.270	-	15.270
Outros passivos		6.398	8.698	6.398
Total dos passivos circulantes		1.162.204	1.205.436	1.144.320
Passivos não circulantes				
Adiantamento de clientes	18	35.341	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	7.3	-	-	461.577
Debêntures a pagar	15	1.492.285	219.667	1.492.285
Impostos diferidos passivos	20.b	-	-	819
Passivo de arrendamento		6.804	9.264	6.804
Total dos passivos não circulantes		1.534.430	229.760	1.960.646
Total dos passivos		2.696.634	1.435.196	3.104.966
Patrimônio líquido				
Capital social	22	199.000	199.000	199.000
Reservas de lucros	22	78.606	470.698	78.606
Reserva de capital	22	3.755	-	3.755
Reserva especial de água	22	14.766	-	14.766
Total do patrimônio líquido		296.127	669.698	296.127
Total do patrimônio líquido e passivos		2.992.761	2.104.884	3.401.094

MONTE CARLO

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.591	52.162	41.530
Títulos e valores mobiliários	6	134.471	228.065	166.256
Contas a receber de clientes	8	52.981	80.003	52.981
Outras contas a receber	7.2	-	-	130.637
Adiantamentos de clientes	9	374.654	1.439.158	374.654
Adiantamentos	11	5.811	56.452	5.811
Impostos a recuperar	10	32.009	130.895	32.009
Despesas antecipadas		2.615	1.517	2.615
Outros ativos		-	-	17.582
Total dos ativos circulantes		642.132	1.988.252	824.072
Ativos não circulantes				
Contas a receber de clientes	8	35.341	-	35.341
Outras contas a receber	7.2	-	-	319.551
Impostos a recuperar	10	56.565	66.968	56.565
Impostos diferidos	20.b	952.965	-	952.965
Depósitos judiciais		4.321	3.678	4.321
Investimentos	7.1	93.158	-	-
Imobilizado	12	29.586	30.547	29.586
Intangível	13	1.169.618	3.407	1.169.618
Direito de uso		9.075	12.032	9.075
Total dos ativos não circulantes		2.350.629	116.632	2.577.022
Total dos ativos		2.992.761	2.104.884	3.401.094

MONTE CARLO

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Passivos circulantes				
Fornecedores	14	93.792	748.194	94.925
Debêntures a pagar	15	46.054	7.533	46.054
Obrigações trabalhistas	16	17.522	20.009	17.522
Obrigações tributárias	17	1.188	685	1.188
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	17.609	-
Adiantamentos de clientes	18	90.402	227.059	71.385
Passivo de arrendamento		3.484	3.153	3.484
Contas a pagar pela combinação de negócios	19	888.094	172.496	888.094
Dividendos a pagar	28.a	15.270	-	15.270
Outros passivos		6.398	8.698	6.398
Total dos passivos circulantes		1.162.204	1.205.436	1.144.320
Passivos não circulantes				
Adiantamento de clientes	18	35.341	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	7.3	-	-	461.577
Debêntures a pagar	15	1.492.285	219.667	1.492.285
Impostos diferidos passivos	20.b	-	-	819
Passivo de arrendamento		6.804	9.264	6.804
Total dos passivos não circulantes		1.534.430	229.760	1.960.646
Total dos passivos		2.696.634	1.435.196	3.104.966
Patrimônio líquido				
Capital social	22	199.000	199.000	199.000
Reservas de lucros	22	78.606	470.698	78.606
Reserva de capital	22	3.755	-	3.755
Reserva especial de água	22	14.766	-	14.766
Total do patrimônio líquido		296.127	669.698	296.127
Total do patrimônio líquido e passivos		2.992.761	2.104.884	3.401.094

MONTE CARLO

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.591	52.162	41.530
Títulos e valores mobiliários	6	134.471	228.065	166.256
Contas a receber de clientes	8	52.981	80.003	52.981
Outras contas a receber	7.2	-	-	130.637
Adiantamentos de clientes	9	374.654	1.439.158	374.654
Adiantamentos	11	5.811	56.452	5.811
Impostos a recuperar	10	32.009	130.895	32.009
Despesas antecipadas		2.615	1.517	2.615
Outros ativos		-	-	17.582
Total dos ativos circulantes		642.132	1.988.252	824.072
Ativos não circulantes				
Contas a receber de clientes	8	35.341	-	35.341
Outras contas a receber	7.2	-	-	319.551
Impostos a recuperar	10	56.565	66.968	56.565
Impostos diferidos	20.b	952.965	-	952.965
Depósitos judiciais		4.321	3.678	4.321
Investimentos	7.1	93.158	-	-
Imobilizado	12	29.586	30.547	29.586
Intangível	13	1.169.618	3.407	1.169.618
Direito de uso		9.075	12.032	9.075
Total dos ativos não circulantes		2.350.629	116.632	2.577.022
Total dos ativos		2.992.761	2.104.884	3.401.094

MONTE CARLO

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Passivos circulantes				
Fornecedores	14	93.792	748.194	94.925
Debêntures a pagar	15	46.054	7.533	46.054
Obrigações trabalhistas	16	17.522	20.009	17.522
Obrigações tributárias	17	1.188	685	1.188
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	17.609	-
Adiantamentos de clientes	18	90.402	227.059	71.385
Passivo de arrendamento		3.484	3.153	3.484
Contas a pagar pela combinação de negócios	19	888.094	172.496	888.094
Dividendos a pagar	28.a	15.270	-	15.270
Outros passivos		6.398	8.698	6.398
Total dos passivos circulantes		1.162.204	1.205.436	1.144.320
Passivos não circulantes				
Adiantamento de clientes	18	35.341	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	7.3	-	-	461.577
Debêntures a pagar	15	1.492.285	219.667	1.492.285
Impostos diferidos passivos	20.b	-	-	819
Passivo de arrendamento		6.804	9.264	6.804
Total dos passivos não circulantes		1.534.430	229.760	1.960.646
Total dos passivos		2.696.634	1.435.196	3.104.966
Patrimônio líquido				
Capital social	22	199.000	199.000	199.000
Reservas de lucros	22	78.606	470.698	78.606
Reserva de capital	22	3.755	-	3.755
Reserva especial de água	22	14.766	-	14.766
Total do patrimônio líquido		296.127	669.698	296.127
Total do patrimônio líquido e passivos		2.992.761	2.104.884	3.401.094

MONTE CARLO

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.591	52.162	41.530
Títulos e valores mobiliários	6	134.471	228.065	166.256
Contas a receber de clientes	8	52.981	80.003	52.981
Outras contas a receber	7.2	-	-	130.637
Adiantamentos de clientes	9	374.654	1.439.158	374.654
Adiantamentos	11	5.811	56.452	5.811
Impostos a recuperar	10	32.009	130.895	32.009
Despesas antecipadas		2.615	1.517	2.615
Outros ativos		-	-	17.582
Total dos ativos circulantes		642.132	1.988.252	824.072
Ativos não circulantes				
Contas a receber de clientes	8	35.341	-	35.341
Outras contas a receber	7.2	-	-	319.551
Impostos a recuperar	10	56.565	66.968	56.565
Impostos diferidos	20.b	952.965	-	952.965
Depósitos judiciais		4.321	3.678	4.321
Investimentos	7.1	93.158	-	-
Imobilizado	12	29.586	30.547	29.586
Intangível	13	1.169.618	3.407	1.169.618
Direito de uso		9.075	12.032	9.075
Total dos ativos não circulantes		2.350.629	116.632	2.577.022
Total dos ativos		2.992.761	2.104.884	3.401.094

MONTE CARLO

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Passivos circulantes				
Fornecedores	14	93.792	748.194	94.925
Debêntures a pagar	15	46.054	7.533	46.054

2.10 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração da Companhia.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos (exceto terrenos e construções em andamento) deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil, pelo método linear, conforme segue:

	%
Ano	
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%
Instalações, Máquinas e equipamentos	10%
Veículos e equipamentos eletrônicos	20%
Móveis, utensílios e ferramentas	10%

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparativo com o exercício de 2022, não houve alterações significativas na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados a cada período de reporte para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* a cada período de reporte.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

2.12 Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato e realiza essa avaliação de acordo com a IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso inclui a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. A Companhia segrega o valor de caixa pago em principal e juros (ambos apresentados em atividades de financiamento) na demonstração dos fluxos de caixa.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa incremental de captação. As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco da Companhia.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

De acordo com a IFRS 16 / CPC 06 (R2), os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto na IFRS 16 / CPC 06 (R2).

2.13 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil dos ativos, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Os ativos intangíveis de software possuem vida útil de 5 anos, portanto sua amortização linear é de 20%a.a. A amortização da mais valia gerada na combinação de negócios é a seguinte: 11,8 anos para a mais valia relacionada à Marcas e licenças e 8,6 anos para a mais valia relacionada à Carteira de Clientes.

Quando os ativos intangíveis são advindos de uma combinação de negócios a vida útil atribuída é determinada na avaliação de alocação do preço de compra elaborada com o auxílio de uma empresa de consultoria especializada.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentados como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Provisões

As provisões para riscos (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às suas perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidad-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a empregados no longo prazo são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados que serão feitos pela Companhia referentes aos serviços prestados pelo empregado até a data de relatório.

2.17 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A despesa total com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente, para a Companhia, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, após a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis e/ou prejuízos fiscais acumulados possam ser utilizados.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.18 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de lucros é aprovada em reunião de acionistas. De acordo com o estatuto social e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, é estabelecida a destinação do lucro líquido do exercício sucessivamente e nesta ordem:

- 5% para Reserva Lega, até atingir 20% do capital social;
- 25%, no mínimo, para dividendo obrigatório.

A Companhia também pode distribuir lucros sob a forma de juros sobre capital próprio aos seus acionistas nos termos da Lei 9.249/95.

2.19 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Em acordo com a IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com clientes, a Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, o controle dos bens e serviços é transferido para o cliente, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

• **Venda de produtos:** A receita operacional com a venda de produtos é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

• **Prestação de serviços:** As receitas de prestação de serviço referem-se a (i) atividades de correspondente bancário, onde a Companhia obtém receita de comissões pelos serviços prestados na intermediação de negócios de financiamento de aquisição de painéis e equipamentos de energia solar via convênios com instituições financeiras parceiras e; (ii) atividades de agente de cobrança, onde a Companhia obtém receita pela prestação de serviços de coordenação de cobrança dos saldos a receber pelo FIDC Sol Agora. A receita operacional com a venda de serviços é reconhecida de acordo com a efetiva prestação dos serviços.

• **Receita financeira:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros comerciais referentes a duplicatas a receber e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida pelo regime de competência, no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.20 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada de acordo com a IAS 7 / CPC 3 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto. A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos que atendem aos requisitos mencionados na nota explicativa 2.4.

Os fluxos de caixa são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa entre atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento, com base na avaliação da Administração a respeito da natureza dos fluxos de caixa frente aos negócios da Companhia.

Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa são excluídas da demonstração dos fluxos de caixa e são apresentadas separadamente.

A Companhia considera que os juros pagos de debêntures e arrendamentos advêm da sua atividade de financiamento, portanto classifica os juros dentro da atividade de financiamento em suas Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método indireto.

Abaixo a conciliação dos valores de depreciação e amortização incluídos na demonstração de fluxo do de caixa:

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Depreciação imobilizado	3.191	2.774	3.191
Amortização intangível	111.697	491	111.697
Amortização direto de uso	7.716	7.496	7.716
Total	122.604	10.761	122.604

2.21 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme previsto pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e segundo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pela receita (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação atribuível aos acionistas ordinários é calculado pela divisão do lucro líquido (prejuízo líquido) atribuível aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação no período durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação atribuível aos acionistas ordinários é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação após o ajuste para os efeitos de todas as ações potenciais diluidoras. Em 31 de dezembro de 2023, existe instrumento com potencial diluidor (opções de compra), dessa forma, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é diferente para o cálculo do lucro básico por ação em relação ao cálculo do lucro diluído por ação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não havia instrumento com potencial diluidor. Conforme requerido pelo CPC 41 / IAS 33 – Lucro por ação, as tabelas apresentadas na nota explicativa nº 23 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

2.23 Incentivos Fiscais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência. A Companhia destaca em Reserva de Incentivos Fiscais em seu Patrimônio Líquido a subvenção governamental reconhecida em seu resultado pelo regime de competência.

2.24 Programa de Investimentos

A Companhia iniciou em 30 de março de 2023 seu Programa de Investimento ("Programa"), que consiste na oferta onerosa de opções de compra ou subscrição de ações preferenciais da Companhia para executivos da Companhia e/ou de suas Controladas e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ("Investidores Elegíveis"), escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia. O Programa foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que delegou ao Conselho de Administração da Companhia, por meio de planos de investimento, a definição dos Investidores Elegíveis, número de opções a serem ofertadas a cada um, bem como seu valor de aquisição e exercício ("Plano"), sempre com base nos critérios definidos no Programa. O Primeiro Plano de Investimentos da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2023. O valor pago pelos Investidores Elegíveis que optaram por aderir ao Plano teve como contrapartida o registro no patrimônio líquido da Companhia em reserva de capital, com a previsão de subscrição de ações preferenciais apenas para os casos em que tais opções forem exercidas. Essas ações preferenciais passarão a compor o capital social da Companhia. Vide maiores detalhes sobre o Programa de Investimentos na nota explicativa nº 22.f.

2.25 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração do Grupo revisa as informações financeiras para tomada de decisão.

A partir da incorporação reversa da Credgrid em 28 de abril de 2023, descrita na nota explicativa nº 1.2, as atividades de prestação de serviços de correspondente bancário para financiamento de painéis e equipamentos de energia solar e atividades de análise de crédito e cobrança em conexão com o FIDC (vide nota explicativa nº 7) passaram a integrar as informações financeiras consolidadas da Companhia.

Assim, em 31 de dezembro de 2023, a Administração do Grupo identificou três segmentos operacionais, a divisão de Distribuição de Equipamentos, a divisão de Direitos Creditórios e a divisão de Produtos Financeiros, as quais são representadas por unidades estratégicas de negócio administradas separadamente, uma vez que se diferem pela oferta de produtos e serviços, tecnologias e outros fatores chave para a administração desses segmentos.

As operações do segmento de Distribuição de Equipamentos são realizadas integralmente dentro do território brasileiro, e se referem ao fornecimento de painéis e demais equipamentos que compõe o produto do painel solar e o principal ativo gerador de receita é seu centro de distribuição no Estado do Paraná, segmento esse que representa substancialmente a totalidade das operações da Companhia. O faturamento do exercício não abrange concentração em um grupo específico de clientes ou em algum estado do território brasileiro.

As operações do segmento de Produtos Financeiros, iniciaram a partir do terceiro trimestre de 2022 pela Credgrid (incorporada pela Companhia em 28 de abril de 2023, conforme nota explicativa nº 1.2). As operações da Companhia são realizadas integralmente dentro do território nacional, e se referem a prestação de serviços de correspondente bancário de instituições financeiras parceiras, com o objetivo de intermediar operações de financiamento oferecidas pelas instituições financeiras para aquisição de painéis e equipamentos de energia solar para pessoas físicas e jurídicas, bem como serviços de coordenação de cobrança dos saldos a receber pelo FIDC Sol Agora.

As operações do segmento de Direitos Creditórios (FIDC) são conduzidas integralmente no âmbito financeiro nacional, e envolvem a aquisição e gestão de direitos creditórios conduzidos pelo FIDC Sol Agora. O principal ativo gerador de receita é a carteira de créditos do fundo, cuja administração é centralizada em seu escritório principal localizado em São Paulo, Estado de São Paulo. A carteira de créditos do fundo não possui concentração em um grupo específico de clientes.

Vide maiores informações sobre os segmentos da Companhia na nota explicativa nº 31.

2.26 Bonificações

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas com base nos termos dos acordos comerciais assinados junto aos fornecedores e reconhecidas somente quando atenderem aos requisitos para reconhecimento de ativos. A Companhia possui as seguintes naturezas de bonificações:

- **Recuperação despesas marketing:** A verba de propaganda/marketing é uma bonificação recebida pela Companhia de fornecedores, destinada a custear despesas

de marketing e publicidade em cooperação conjunta. Ela é reconhecida nas demonstrações do resultado como redutora de despesas de marketing.

- **Rebates:** Bonificação recebida pela Companhia de fornecedores com base no volume de atingimento de volume de compras estipulado em contrato. Inicialmente ela é reconhecida como redutora de estoques e então contabilizada nas demonstrações do resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos.

2.27 Investimentos em controlada

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado da controlada. Um investimento em uma controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma controlada. A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixa de ser uma controlada.

Quando uma entidade da Companhia realiza uma transação com a controlada da Companhia, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a controlada são reconhecidos nas informações financeiras consolidadas da Companhia somente na extensão das participações na controlada que não estejam relacionadas a Companhia.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou no exercício da revisão e em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reportados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Recuperabilidade de impostos e impostos diferidos

A Companhia avalia a recuperabilidade dos impostos com base nas projeções futuras. A Administração tem tomado medidas para o consumo de créditos tributários acumulados de ICMS, como a inscrição em regimes especiais e também a diversificação de suas operações, através de operações estruturadas com o auxílio de especialistas e o estudo da oferta de novos produtos no mercado nacional para compensação dos saldos.

Com relação aos ativos fiscais diferidos, estes são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas somente quando seus orçamentos demonstrem que será provável que a Companhia apresentará lucro tributável, em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis e/ou prejuízos fiscais acumulados possam ser utilizados.

3.2 Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e selecionar informações para análise de *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada data de relatório.

3.3 Provisão para riscos

A Companhia possui certas discussões administrativas e judiciais, cuja probabilidade de risco é baseada em premissas e julgamentos da Companhia e de seus assessores jurídicos, que levam em consideração o histórico e a jurisprudência atual dos assuntos envolvidos nas discussões para determinação da probabilidade de perda.

3.4 Consolidação

Entidades controladas são as sociedades nas quais a Companhia, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder sobre as entidades. A avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir, sendo que as premissas utilizadas para determinação do controle são judgmentais e dependem da avaliação realizada para cada investimento, conforme detalhado na nota explicativa nº2.2. As informações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

4. Adoção das IFRSs novas e revisadas

Normas novas e normas revisadas emitidas e ainda não aplicáveis para o exercício

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) – Passivos Não Circulante com "Covenants";
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulante – Diferimento da data efetiva;
- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 7/ CPC 03 (R2) e à IFRS 7/ CPC 40 - Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IFRS 16/CPC 06 (R1) - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback";
- IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade;
- IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia entende que, quando em vigor, tais normas ou interpretações não irão possuir impactos significativos em sua adoção.

Normas novas e normas revisadas emitidas e adotadas no exercício

As principais novas normas ou alteração de normas e interpretações que são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023 estão mencionadas abaixo. Não foram identificados efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas oriundos da adoção dessas normas novas e/ou alteradas.

- IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021) – Contratos de seguros;
- Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2 – Divulgação de Políticas Contábeis;
- Alterações à IAS 8/CPC 23 – Definição de Estimativas Contábeis; e
- Alterações à IAS 12/CPC 32- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.
- Alterações à IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro— Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa e conta corrente em poder da Companhia, além de aplicações financeiras com resgate imediato. O saldo dessa rubrica no fim do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Caixa	2	2	2
Banco conta corrente	27.831	140	29.770
Aplicações financeiras (I)	11.758	52.020	11.758
	39.591	52.162	41.530

(I) São aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras estão concentradas em CDB e operações compromissadas, com remuneração média de 78,23% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (59,33% a.a do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado
--	--------------	--	-------------

Companhia após a incorporação reversa ocorrida em 28 de abril de 2023, mencionada na nota explicativa nº 1.2, motivo pelo qual não há informações comparativas relacionadas ao Fundo nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detém a integralidade das cotas do FIDC IS Sol Agora, representado 100% por cotas subordinadas.

Abaixo demonstramos a movimentação do investimento da Companhia nas controladas:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Saldo advindo da incorporação reversa da Credgrid (Nota 1.2)	22.640
Integralização de cotas	64.000
Resultado da equivalência patrimonial	6.518
Saldo em 31 de dezembro de 2023	93.158

A estrutura de patrimônio dos FIDCs Sol Agora e IS Sol Agora em 31 de dezembro de 2023 estão assim representadas:

Sol Agora Green ESG					
Cotas	Meta de Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade de Cotas 31.12.2023 (Unitário)	Valor 31.12.2023 (R\$ mil)	
Subordinadas	(*)	12,86%	59.783	68.123	
Subordinadas 1ª Série	CDI + 2,35% a.a.	74,75%	344.643	395.917	
Mezanino 1ª e 2ª Série	CDI + 6,00% a.a.	12,39%	59.987	65.640	
			464.413	529.680	

IS Sol Agora Green II ESG					
Cotas	Meta de Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade de Cotas 31.12.2023 (Unitário)	Valor 31.12.2023 (R\$ mil)	
Subordinadas	(*)	100%	25.000	25.035	
			25.000	25.035	

(*) O regulamento dos Fundos não define meta de remuneração às Cotas Subordinadas, sendo que tais cotas serão remuneradas posteriormente à amortização das cotas Sêniores e Subordinadas Mezanino, conforme aplicável. Igualmente, não há obrigatoriedade de integralização por parte do cotista subordinado caso a relação de subordinação fique inferior ao percentual de 12,5% do total de cotas em circulação do Fundo.

A exposição da Companhia às atividades do FIDC Sol Agora limita-se ao montante de Cotas Subordinadas subscritas, portanto, a exposição dos quotistas subordinados em 31 de dezembro de 2023 é limitada ao valor de R\$ 68.123 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022). O regulamento define que as cotas subordinadas devem representar no mínimo 12,5% do total de cotas em circulação do Fundo.

A exposição da Companhia às atividades do FIDC IS Sol Agora limita-se ao montante de Cotas Subordinadas subscritas, portanto, a exposição dos quotistas subordinados em 31 de dezembro de 2023 é limitada ao valor de R\$ 25.035 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022). O regulamento define que as cotas subordinadas devem representar no mínimo 12,5% do total de cotas em circulação do Fundo.

Além de ler as Cotas Subordinadas Junior, a Companhia atua como Originadora de uma parte dos Direitos Creditórios bem como Agente de Cobrança Líder (apenas no FIDC Sol Agora) em caso de inadimplência dos Direitos Creditórios mantidos no Fundo.

Em 31 de dezembro de 2023, o balanço patrimonial e demonstração do resultado do FIDC Sol Agora está assim composto:

	FIDC IS Sol Agora 31.12.2023	FIDC Sol Agora 31.12.2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.939
Títulos e valores mobiliários	25.043	6.741
Contas a receber de clientes	-	504.546
Outros ativos	-	17.589
Total do ativo	25.043	530.806
Passivo e Patrimônio Líquido		
Contas a Pagar	8	1.126
Patrimônio líquido	25.035	529.680
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	25.043	530.806

	FIDC IS Sol Agora 31.12.2023	FIDC Sol Agora 31.12.2023
--	------------------------------	---------------------------

Demonstração do resultado do exercício			
	31.12.2023	31.12.2023	
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	-	30.323	
Resultado nas Negociações	-	34.428	
Reversão por redução no valor de recuperação	-	(4.105)	
Títulos públicos federais e outras aplicações	44	4.597	
Rendimentos com títulos públicos federais e outras aplicações	44	4.597	
Total da Receita	44	34.920	
Total das Despesas	-	(4.346)	
Resultado do exercício	44	30.574	

A remuneração dos cotistas seniores e mezanino sobre os resultados do FIDC Sol Agora até 31 de dezembro de 2023 foi R\$ 23.973. Tais valores de remuneração serão pagos pelo fundo após carência de doze meses, conforme disponibilidade do caixa do fundo. O resultado do FIDC Sol Agora de maio a dezembro de 2023 foi de R\$ 28.219, sendo R\$21.701 referente a remuneração dos cotistas seniores e mezanino.

7.2 Outras contas a receber		
	Consolidado	31.12.2023

Circulante		
Outras contas a receber (i)	134.777	
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.140)	
Total	130.637	

Não Circulante		
Outras contas a receber (i)	319.551	
Total	450.188	

Outras Contas a Receber		
	Consolidado	31.12.2023

(i) Refere-se a Direitos Creditórios adquiridos pelo FIDC Sol Agora referente a operações de venda de equipamentos de energia solar por outros distribuidores nacionais. A Companhia possui provisão para perdas esperadas no recebimento destes créditos no montante de R\$ 4.140.

A seguir, estão demonstrados os saldos das outras contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado	31.12.2023
A vencer	451.766	
Vencido 01 a 30 dias	1.636	
Vencido 31 a 60 dias	1.423	
Vencido 61 a 180 dias	453	
Vencido há mais de 180 dias	50	
Total	454.328	

Abaixo, encontra-se disposta a movimentação da provisão para perda esperada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado	31.12.2023
Saldo no início do exercício	-	(4.140)
Constituição no exercício	-	(4.140)
Saldo no final do exercício	-	(4.140)

7.3 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios			
	Consolidado	31.12.2023	

	Consolidado	31.12.2023
Cotas Sêniores e Mezanino FIDC Sol Agora (i)	461.557	
Total	461.557	

(i) Cotas seniores e mezanino FIDC Sol Agora					
	Saldo Inicial	Integralização de Cotas (b)	Rendimento Cotas Seniores e Mezanino	Saldo Final	Vencimento

1ª Emissão Cotas Sêniores (a)	-	375.121	20.796	395.917	2032
1 e 2ª Emissão Cotas Mezanino (a)	-	62.463	3.177	65.640	2032
		437.584	23.973	461.557	

(a) A saída dos cotistas sênior e mezanino do Fundo ocorrerá em 2032, no entanto, eles receberão rendimentos a partir de 2024, ou seja, após um ano de carência.

(b) No valor de R\$375.121 de integralização de cotas sênior, o valor de R\$65.300 foi integralizado antes de 28 de abril de 2023, e por essa razão não afetam o fluxo de caixa consolidado da Companhia, uma vez que os saldos do FIDC Sol Agora passaram a ser consolidados a partir da incorporação reversa da Credgrid em 28 de abril de 2023. Vide nota explicativa nº 32 para as transações que não afetaram caixa no exercício.

8. Contas a receber de clientes					
---------------------------------	--	--	--	--	--

Decorrem de saldos a receber pelas vendas de mercadorias no curso normal das atividades. Os saldos a receber de clientes são substancialmente oriundos das vendas de gerador solar e equipamentos de informática.

	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				
Contas a receber de clientes	55.786	80.003		
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.805)	-		
Total	52.981	80.003		
Não circulante				
Contas a receber de clientes	35.341	-		
Total	35.341	-		
Total contas a receber de clientes	88.322	80.003		

A seguir, estão demonstrados os saldos das contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022
A vencer	84.502	71.190		
Vencido 01 a 30 dias	2.782	7.617		
Vencido 31 a 60 dias	496	284		
Vencido 61 a 180 dias	766	784		
Vencido há mais de 180 dias	2.581	128		
Total	91.127	80.003		

Abaixo, encontra-se disposta a movimentação da provisão para perda esperada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	-	-		
Constituição no exercício	(2.805)	-		
Saldo no final do exercício	(2.805)	-		

9. Estoques				
	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022

Equipamentos e peças – Energia solar	413.509	1.016.783
Equipamentos e peças – Informática	441	4.294
Equipamentos e peças – Estoque em trânsito	22.940	418.081
(-) Provisão para perdas e obsolescência (i)	(62.236)	-
Total de estoques	374.654	1.439.168

(i) Em 31 de dezembro de 2023 a Administração verificou que parte dos seus estoques estavam registrados em montante superior ao seu valor realizável líquido e reconheceu, portanto, uma provisão conforme prevista pelo IAS 2/CPC 16 (R1) – Estoques. O valor da provisão foi registrado como "custo das vendas" na demonstração do resultado.

A movimentação da provisão para perdas e obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-		
Constituição	(62.236)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(62.236)			

10. Impostos a recuperar				
	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022

IRPJ a recuperar	1.245	24.055
IRRF a recuperar	9.006	7.083
PIS e COFINS a recuperar	21.890	73.684
IRPJ e CSLL pago a maior	68	25.567
Outros	-	526
Total	32.009	130.895

Circulante			
ICMS a recuperar (i)	56.565	66.968	
Total	56.565	66.968	

Impostos a recuperar			
Total	88.574	197.863	

(i) A operação de revenda de mercadorias vinha gerando créditos de ICMS excedentes aos seus débitos nos últimos anos. A Administração tem tomado medidas para a utilização dos créditos, e tem expectativa de recuperar referidos créditos integralmente, através da oferta de novos produtos no mercado nacional com a geração de débito de ICMS para a compensação dos saldos.

11. Adiantamentos				
	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022

Adiantamentos a fornecedores nacionais	804	306	
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	3.014	20.813	
BFF – Bonificação financeira fornecedor	437	24.228	
Reembolso de despesas	1.556	11.105	
Total	5.811	56.452	

12. Imobilizado				
	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022

O ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes relacionadas às suas atividades operacionais.

A composição do imobilizado é conforme segue:				
	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022

Edifícios, dependências e benfeitorias	26.655	(6.436)	20.219	20.856
Equipamentos de informática e de Comunicação	4.815	(3.356)	1.459	1.068
Máquinas e equipamentos industriais	12.720	(5.305)	7.415	8.075
Móveis, utensílios e ferramentas	1.235	(742)	493	548
Veículos	188	(188)	-	-
Total do imobilizado	45.613	(16.027)	29.586	30.547

Abaixo segue a movimentação e abertura do saldo de ativo imobilizado da controladora e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e da controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Edifícios, dependências e benfeitorias	18.330	1.162	5.955	488
Equipamentos de informática e de comunicação	2.861	573	3.167	140
Máquinas e equipamentos industriais	667	(1)	-	(278)
Móveis, utensílios e ferramentas	(1.002)	(607)	(1.046)	(90)
Veículos	-	-	-	(667)
Depreciação	-	-	-	(2.774)
Total	20.856	1.068	8.075	548
Saldo advindo da incorporação reversa da Credgrid (Nota 1.2)	-	17	-	8
Adições	726	80	575	34
Depreciação	(1.363)	(496)	(1.235)	(97)
Total	20.219	1.459	7.415	493

Perdas por redução ao valor recuperável

	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos industriais	Móveis, utensílios e ferramentas	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021	18.330	1.162	5.955	488	307	-	26.192
Adições	2.861	573	3.167	140	-	667	7.408
Transferências	-	-	(1)	-	(278)	-	(279)
Depreciação	(1.002)	(607)	(1.046)	(90)	(29)	(667)	(2.774)
Total	20.856	1.068	8.075	548	-	-	30.547
Saldo advindo da incorporação reversa da Credgrid (Nota 1.2)	-	17	-	8	-	-	25
Adições	726	80	575	34	-	-	2.205
Depreciação	(1.363)	(496)	(1.235)	(97)	-	-	(3.191)
Total	20.219	1.459	7.415	493	-	-	29.586

Considerando o cenário desafiador de 2023, a Administração efetuou análise de recuperabilidade de seus ativos e concluiu que o valor a recuperar calculado com base no valor em uso da UGC em que os ativos estão incluídos ultrapassa o valor contábil. Desta maneira a Administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda (impairment). No ano de 2022 não foi identificado qualquer indicador de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e dessa forma, nenhum teste foi necessário. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Ativos cedidos em garantia			
----------------------------	--	--	--

A Companhia não possui ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

13. Intangível			
----------------	--	--	--

A composição do intangível é conforme segue:

	Controladora e Consolidado	Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Softwares	27.256	(5.239)	22.017	3.407
Carteira de clientes (i)	1.064.290	(288.322)	775.968	-
Marca (i)	462.			

(i) O benefício fiscal relacionado à isenção de ICMS de 2023 foi excluído da base de apuração do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 79.685.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia possui ativos fiscais diferidos constituídos em 31 de dezembro de 2023 e passivos fiscais diferidos constituídos em 31 de dezembro de 2022 conforme apresentado abaixo:

	Controladora e Consolidada	
	31.12.2023	31.12.2022
Tributo diferido líquido (I):		
Provisão rebates	173	(4.314)
Provisão fretes	1.456	2.985
Provisão comissão sobre vendas	836	510
Provisão impairment estoques	21.018	-
Benefício fiscal <i>Goodwill</i> (I)	692.947	-
Provisão para perdas esperadas com clientes	954	-
Prejuízo fiscal	231.209	-
Outros	4.372	-
	952.965	(819)

(i) A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis com base nos estudos realizados pela Companhia, que revelam expectativas de lucros tributáveis suficientes para a realização integral desse ativo fiscal diferido nos próximos 10 anos.

Ano	Valor
2024	55.637
2025	112.263
2026	117.683
2027	122.551
Após 2027	544.831
Total	952.965

(ii) Benefício fiscal decorrente da amortização do ágio mantido pela Credgrid, registrado em conexão com a incorporação reversa da Credgrid pela Companhia, em 28 de abril de 2023, conforme detalhado na nota explicativa n° 1.2.

21. Provisão para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e civis e outros assuntos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, utilizando uma estimativa razoável para ser feita.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não identificou processos judiciais com perdas classificadas como perda "provável".

A Companhia tem ações de natureza trabalhista, tributária e civil envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme quadro abaixo:

	Controladora e Consolidada		Controladora
	31.12.2023	31.12.2022	
Trabalhistas		919	-
Tributárias	9.163	6.339	
Cíveis	4.464	2.481	
	14.546	8.820	

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 199.000, composto por 199 milhões de ações ordinárias (R\$199.000, composto por R\$ 199 milhões de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ R\$ 199.000 totalmente integralizado.

b) Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é oriunda de Crédito Presumido e Isenção de ICMS das operações de importação e venda de produtos no mercado nacional – classificadas como "Subvenções para Investimentos" tendo como base legal a Lei Complementar n° 160/2017 e convênio ICMS n° 190/2017.

c) Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

A proposta de remuneração do acionista atende aos direitos garantidos e está provisionado no balanço patrimonial. O quadro abaixo demonstra a destinação dos dividendos em 31 de dezembro de 2022:

	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	498.656
Constituição da reserva legal	(20.573)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(286.049)
Base para cálculo dos dividendos	192.034
Dividendos constituídos referente ao resultado do exercício de 2022	192.034
Dividendos adicionais à conta de reserva de lucros	17.966
Total de dividendos distribuídos (I)	210.000

(i) Dividendos foram distribuídos pela Companhia à Credgrid (controladora da Companhia a qual foi incorporada em 28 de abril de 2023, conforme detalhado na nota explicativa n° 1.2). Conforme detalhado na nota explicativa n°15, a escritura de debêntures prevê covenants financeiros caso a Companhia distribua dividendos acima do mínimo obrigatório ao acionista controlador (Sunrise Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), sendo permitida a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório à Credgrid.

Durante o exercício de 2022, a Companhia efetuou distribuição de dividendos no montante de R\$ 210.000, sendo R\$192.034 referentes ao lucro apurado no exercício de 2022, já contemplados nesse montante os dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido após a destinação à reserva legal, e R\$17.966 referentes a reserva de lucros apurados em anos anteriores. O valor de dividendos constituído no ano foi totalmente pago dentro do exercício de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme permitido pelo seu Estatuto, a Companhia efetuou distribuição intermediária baseada no resultado positivo apurado do primeiro trimestre de 2023 de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12.647 e distribuição intermediária de dividendos no montante de R\$ 105.250 oriundas da reserva de retenção de lucros, ambos já pagos para a Credgrid antes da incorporação ocorrida em 28 de abril de 2023, detalhada na nota explicativa n° 1.2. Não foram realizadas quaisquer distribuições adicionais de dividendos e juros sobre o capital próprio, além dos previamente mencionados, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

d) Reserva legal

Constituída anualmente mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício apurado em 31 de dezembro de cada ano, em conformidade com o artigo 193 da Lei n° 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto da Companhia, sob limite de 20% do capital social da Companhia.

e) Retenção de lucros

A Companhia, nos termos do art. 202, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76) destina à reserva de retenção de lucros, a parcela de lucro excedente a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e dividendos distribuídos conforme atos societários. Adicionalmente, a Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com um único acionista representado em assembleia geral. O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 0 (R\$ 140.670 em 31 de dezembro de 2022). Conforme art. 199 da Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76), o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não incluindo a reserva para incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia no encerramento do exercício social.

f) Reserva de Capital

Conforme descrito na nota explicativa n° 1.2, em 28 de abril de 2023, a Companhia realizou a incorporação reversa da sua controladora Credgrid Serviços Financeiros S.A. Como parte do acervo líquido incorporado, a Companhia registrou o valor de R\$3.755 referente ao Programa de Investimento em Ações, que havia sido aprovado em 30 de março pela Credgrid, o qual está descrito abaixo:

Programa de Investimento em Ações

Em 30 de março de 2023, após aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia iniciou o Programa de Investimento em Ações da Companhia ("Programa"), destinado à executivos da Companhia e/ou de suas controladas e pessoas

naturais que prestem serviços à Companhia e/ou qualquer de suas controladas ("Investidores Elegíveis), escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

O propósito do Programa é alinhar os objetivos dos Investidores Elegíveis com os acionistas da Companhia para a maximização do valor da Companhia a longo prazo mediante a oferta aos Investidores Elegíveis da possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia e compartilhar riscos e ganhos entre acionistas e Investidores Elegíveis.

O Programa consiste na oferta onerosa de opções de compra ou subscrição de ações preferenciais ("Opções"), em caráter voluntário, aos Investidores Elegíveis escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia. Dessa forma, os Investidores Elegíveis contemplados pelo Programa terão a possibilidade de, voluntariamente, adquirir, em prazo e por preço previamente fixados, ações preferenciais a serem emitidas pela Companhia, desde que sejam atendidas as condições previstas no Programa, nos Planos de Investimento e Contratos de Investimento firmados entre a Companhia e o Investidor Elegível.

O Programa está limitado a oferta de Opções representativas de até 3% do capital social total da Companhia, contando que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Programa esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

O Programa foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que delegou ao Conselho de Administração da Companhia, por meio de Planos de Investimento, a definição dos Investidores Elegíveis, número de opções a serem ofertadas a cada um, bem como seu valor de aquisição e exercício ("Plano"), sempre com base nos critérios definidos no Programa. O Primeiro Plano de Investimentos da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data de aprovação do Programa, em 30 de março de 2023.

As Opções se tornarão exercíveis nos termos do Programa e do Plano, na proporção de 20% ao ano contados a partir da data de outorga (*vesting period*), sendo que o Investidor Elegível precisa permanecer continuamente vinculado à Companhia para que possa exercer a opção. O Conselho de Administração poderá aprovar, a seu exclusivo critério e no melhor interesse da Companhia, diferentes períodos de carência (*vesting*) e/ou a antecipação dos Períodos de Carência (*vesting*). As Opções ofertadas nos termos do Programa permanecerão válidas entre o primeiro aniversário da data da oferta, até o décimo aniversário da data de oferta. Após esse período, as Opções não exercidas serão canceladas.

No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do Investidor Elegível, as opções não-exercíveis serão canceladas e o Investidor Elegível não terá direito a qualquer indenização ou compensação pelo cancelamento de tais opções não-exercíveis. Nos casos de (i) morte do Investidor Elegível; (ii) o Investidor Elegível ser contratado para trabalhar em outra afiliada da Companhia; (iii) aposentadoria do Investidor Elegível ou (iv) desligamento por decisão da Companhia sem justa causa, passarão a ser opções exercíveis as opções não-exercíveis que se tornariam opções exercíveis nos 12 (doze) meses imediatamente subsequentes à data do evento em um número proporcional de meses trabalhados pelo Investidor Elegível durante o período de exercibilidade de tais opções não exercíveis.

O valor justo foi determinado na data de mensuração da oferta da Opção, com o auxílio de especialistas, utilizando o modelo econômico de Black, Scholes & Merton e levou em conta as seguintes premissas principais:

Expectativa de vida média das opções	3,8 anos
Preço da Ação na Data Base	R\$ 1,13
Taxa de juros livre de risco	11,84% a.a.
Volatilidade média anualizada	33,69%
Preço de exercício	R\$ 1,38
Taxa de dividendos	0,64% a.a.

O valor justo unitário das opções foi determinado em R\$0,33. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os Investidores Elegíveis adquiriram 11.268.216 Opções de compra de ações, correspondendo ao valor total de R\$3.755 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

O valor pago pelos Investidores Elegíveis que optaram por aderir ao primeiro Plano teve como contrapartida o registro no patrimônio líquido da Companhia em reserva de capital. Quando exercidas, as Opções serão liquidadas por meio da emissão de novas ações preferenciais da Companhia, enquanto os atuais acionistas continuarão detendo ações ordinárias. Até 31 de dezembro de 2023 nenhuma opção de compra de ações foi exercida.

g) Reserva Especial de Ágio

Em consequência da reorganização societária ocorrida em 28 de abril de 2023, conforme mencionado na nota explicativa n° 1.2, a Administração procedeu com a baixa do ágio contra o patrimônio líquido da Credgrid na data da incorporação reversa. Ato contínuo, foi reconhecido o imposto de renda diferido ativo na Credgrid contra reserva especial de ágio no patrimônio líquido, que corresponde ao benefício fiscal a ser obtido pela Companhia com a amortização fiscal do ágio, conforme dispõe a Resolução CVM 78/2022.

23. Lucro (prejuízo) por ação

a) Lucro (prejuízo) por ação básico

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados. A tabela a seguir contém o lucro (prejuízo) por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora e Consolidada		Controladora
	31.12.2023	31.12.2022	
Básico			
Lucro (prejuízo) do exercício – em milhares (R\$)	(274.195)	498.656	
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – (em unidades mil)	199.000	199.000	
Lucro (prejuízo) por ação básico atribuído aos detentores de ações ordinárias (em R\$)	(1,37787)	2,50581	

b) Lucro (prejuízo) por ação diluído

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada a quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o período supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas a seguinte categoria que provocaria diluição: opções de compra de ações (vide note explicativa n° 22.f). O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados.

	Controladora e Consolidada		Controladora
	31.12.2023	31.12.2022	
Diluído			
Lucro (prejuízo) do exercício – em milhares (R\$)	(274.195)	498.656	
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – (em unidades mil)	199.000	199.000	
Efeito potencial decorrente da opção de compra de ações – (em mil unidades) (i)	-	-	
Média ponderada das ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação – (em unidades mil)	199.000	199.000	
Lucro (prejuízo) por ação diluído atribuído aos detentores de ações ordinárias (em R\$)	(1,37787)	2,50581	

(i) Conforme o CPC 41 / IAS 33, as ações potenciais devem ser tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações possa diminuir o lucro por ação ou possa aumentar o prejuízo por ação provenientes das operações continuadas. Dessa forma, embora a Companhia possua instrumentos que aumentariam a quantidade de ações em circulação no exercício (opções de ações), em função da Companhia apresentar prejuízo no exercício, tais instrumentos não possuem efeito diluidor.

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	
Vendas de equipamentos solares e informática	1.573.179	4.422.149	1.573.188
Prestação de serviços	22.253	-	54.027
	1.595.432	4.422.149	1.627.215
Deduções da receita			
Devoluções de vendas	(24.403)	(43.081)	(24.403)
Impostos sobre vendas	(182.451)	(487.027)	(182.451)
	1.388.578	3.892.041	1.420.361

25. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	
Materiais e matéria prima	(1.321.038)	(2.999.516)	(1.321.038)
Gastos com pessoal	(50.714)	(37.911)	(51.537)
Aluguéis	(814)	-	(814)
Energia	(216)	(190)	(216)
Serviços profissionais	(24.853)	(4.795)	(26.888)
Fretes e carretos	(53.193)	(117.972)	(53.193)
Comissões	(53.314)	(115.672)	(53.314)
Publicidade	(3.442)	(12.514)	(3.442)
Reembolso de despesas e bonificações	34.481	40.135	34.481
Depreciação e amortização	(122.604)	(10.761)	(122.604)
Outras despesas	(12.814)	(6.562)	(17.094)
Bônus	(5.660)	-	(5.660)
Feiras e eventos	(6.548)	(4.047)	(6.548)
Total custos e despesas por natureza	(1.622.729)	(3.269.805)	(1.629.867)
Custo das vendas	(1.331.200)	(3.002.912)	(1.331.200)
Despesas administrativas e gerais	(203.148)	(64.031)	(210.289)
Despesas comerciais	(88.381)	(202.862)	(88.381)
Total	(1.622.729)	(3.269.805)	(1.629.867)

26. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	
Receitas financeiras			
Ganho obtido com ação judicial	7	5.981	7
Receita com venda de ativos	-	169	-
Coleta de resíduos	(14)	(12)	(14)
Demais despesas	(688)	(2.111)	(688)
Multas indutíveis	(206)	(243)	(206)
Gastos com pesquisas	(100)	(289)	(100)
Impostos e taxas	(2.201)	(1.723)	(2.201)
Outras receitas	180	-	180
Ajuste preço – combinação de negócios (Nota 19)	(4.713)	-	(4.713)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(7.795)	1.752	(7.795)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	
Receitas financeiras			
Descontos obtidos	169	736	169
Juros ativos	420	556	420
Rendimentos de aplicações financeiras e TVM	9.987	26.933	13.572
Rendimentos de caixa e equivalentes de caixa	1.291	4.493	1.291
Outras receitas financeiras	1.488	2.284	1.488
Varição cambial ativa	16.003	63.656	16.003
Total	29.358	98.658	32.943

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	
Despesas financeiras			
Atualização monetária – contas a pagar pela combinação de negócios (Nota 19)	(84.149)	(31.047)	(84.149)
Despesas bancárias	(3.687)	(4.438)	(3.687)
Outras despesas financeiras	(1.550)	(159)	(1.550)
Juros sobre debêntures (Nota 15)	(156.127)	(23.161)	(156.127)
Juros sobre arrendamentos	(1.297)	(463)	(1.297)
Varição cambial passiva	(5.688)	(54.718)	(5.688)
Costas Seniores e Mezanino – FIDC Sol Agora	-	-	(21.714)
Total	(252.486)	(113.986)	(274.210)
Resultado financeiro líquido	(223.140)	(15.328)	(241.267)

28. Partes relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições acordadas entre as partes. A Administração considera como partes relacionadas:

- os acionistas que detenham influência significativa e/ou exerça função na administração da Companhia e seus familiares próximos;
- membros do pessoal-chave da Administração da Companhia; e
- empresas que sejam membros do mesmo grupo econômico ou que estejam sob controle de um acionista ou membro da administração identificados no item (i) ou (ii).

Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo.

a) Ativos e Passivos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	
Direito de Uso:			
Pessoa física (I)	-	9.736	-
	-	9.736	-
Contas a pagar pela combinação de negócios:			
Pessoa jurídica (ii)	(888.094)	-	(888.094)
Pessoa física (iii)	-	(172.496)	-
Adiantamento de Clientes			
Pessoa jurídica (iv)	(19.017)	-	-
Passivo de arrendamento:			
Pessoa física (I)	-	(10.050)	-
Dividendos a pagar:			
Pessoa jurídica (iv)	(15.270)	-	(15.270)
	(922.381)	(182.546)	(903.364)
	(922.381)	(172.810)	(903.364)

- Refere-se a contrato de arrendamento de imóvel com parte relacionada dos acionistas vendedores, com prazo de duração de 5 anos e com o aluguel atualizado pelo IPCA anualmente, o qual deixou de ser parte relacionada da Companhia em julho de 2023.
- Em 19 de junho de 2023 e 13 de julho de 2023,

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Total do ativo circulante	642.132	1.988.252	824.072
Total do passivo circulante	1.162.204	1.205.436	1.144.315
Índice de liquidez do curto prazo	0,55	1,65	0,72

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros consolidados da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	Valor contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 4 anos	Acima de 4 anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	94.925	94.925	-	-
Debêntures a pagar	1.538.339	52.271	2.052.161	-
Passivo de arrendamento	10.288	3.890	8.482	-
Contas a pagar pela combinação de negócios	888.094	947.058	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	461.557	-	-	1.500.963
	2.993.203	1.098.144	2.060.643	1.500.963

- v) Risco de mercado
- Risco cambial

Risco decorrente, principalmente, das importações de mercadorias. Como a exposição ao risco cambial está relacionada à estimativa de fluxos de caixa futuros e pagamentos de mercadorias importadas a prazo, posteriormente ao seu registro no estoque, a Companhia ajusta a composição de preços no varejo para compensar o impacto de uma possível valorização na cotação do Dólar nos custos, através de acompanhamento pela Administração das projeções e cenários esperados para as taxas de câmbio das moedas estrangeiras.

No quadro abaixo estão apresentados os efeitos no resultado do exercício caso o câmbio sofra uma elevação de 25% e 50% e uma queda de 25% e 50%, referente ao cenário provável de 4,95, que corresponde as projeções futuras dessa taxa de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil para o período futuro de doze meses. Essa análise foi determinada com base na exposição à moeda estrangeira na data do relatório e essas variações na cotação da moeda representam a avaliação da Administração sobre a mudança razoavelmente possível nessa cotação. Um número positivo abaixo indica um aumento no lucro ou no patrimônio líquido quando as unidades de moeda valorizam em relação à moeda relevante. Entretanto, quando as unidades de moeda desvalorizam em relação à moeda relevante, haverá um impacto comparável sobre o lucro ou o patrimônio líquido, e os saldos abaixo seriam negativos.

	Valor base 31.12.2023	Índexador	Efeito no resultado por			
			Baixa do câmbio		Aumento do câmbio	
			25%	50%	25%	50%
Fornecedor em moeda estrangeira	53.956	Dólar	12.575	26.369	(12.575)	(26.369)

30. Cobertura de seguro

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários. As coberturas dessas apólices estão em linha com a política de gestão de riscos da Companhia.

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no período de vigência das apólices.

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos.

Natureza	Inicial	Final	Cobertura em R\$ mil
Seguro de responsabilidade civil			
Responsabilidade civil	30.07.2023	30.01.2025	5.000
Lucros cessantes			
Lucros Cessantes [L+D] Decorrentes De Incêndio, Inclusive Decorrente De Tumultos, Queda De Raio, Explosão De Qualquer Natureza E Implôso	30.07.2022	30.01.2025	256.000

Seguro predial
Incêndio, IDT, raios e explosão de qualquer natureza, anêncios luminosos, danos elétricos, equipamentos estacionários, quebra de vidros, roubo ou furto qualificado de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres e fumacça

31. Informações por segmento

A administração identifica três principais segmentos no Grupo: divisão de distribuição, distribuição de direitos creditórios e a divisão de produtos financeiros. A divisão de produtos financeiros iniciou suas operações no terceiro trimestre de 2022 e representa uma parcela pequena do resultado e ativos consolidados do Grupo, não atingindo os parâmetros mínimos para divulgação como segmento reportável, conforme o Pronunciamento Técnico – CPC 22/IFRS 8 – Informações por Segmento, enquanto o segmento de distribuição e segmento de direitos creditórios representam quase a totalidade das operações do Grupo.

As atividades da divisão de produtos financeiros eram realizadas pela controladora da Companhia, Credgrid Serviços Financeiros S.A e as atividades do segmento de direitos creditórios é realizada pelo FIDC Sol Agora, que também era investida pela Credgrid. A partir da incorporação reversa da Credgrid pela Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2, tais segmentos passaram a compor as informações financeiras individuais e consolidadas da Descarbonize. Em função da data de incorporação reversa, não estão sendo divulgados dados comparativos.

A reconciliação dos segmentos operacionais encontra-se resumidamente divulgada abaixo:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Divisão de distribuição	Divisão de direitos creditórios	Outros segmentos não reportáveis	Consolidado
Receita líquida	1.369.497	31.782	19.082	1.420.361
Custos dos serviços prestados	(1.325.700)	-	(5.950)	(1.331.200)
Lucro bruto	43.797	31.782	13.682	89.161
Despesas administrativas e gerais	(200.486)	(7.138)	(2.662)	(210.286)
Despesas comerciais	(86.277)	-	(104)	(86.381)
Outras receitas e despesas	(7.295)	-	-	(7.295)
Lucro antes do resultado financeiro	(252.761)	24.644	10.816	(217.301)
Resultado financeiro líquido	(223.140)	(18.127)	-	(241.267)
Imposto de renda e contribuição social	194.373	-	-	194.373
Prejuízo do exercício	(291.528)	6.517	10.816	(274.195)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Divisão de distribuição	Divisão de direitos creditórios	Outros segmentos não reportáveis	Consolidado
Ativos totais	2.858.508	408.324	134.256	3.401.094
Passivos totais	2.666.482	408.326	30.153	3.104.966
Depreciação e amortização	(120.641)	-	(1.963)	(122.604)
Receitas com juros	11.693	3.585	5	15.283
Despesas com juros	(117.687)	-	(123.886)	(241.573)

32. Informações adicionais ao fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IAS 07 – Statement of Cash Flows. Abaixo demonstramos as transações que não envolveram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Transações decorrentes da incorporação reversa – Credgrid Soluções S.A. (Nota Explicativa nº 1.2)			
Títulos e valores imobiliários	-	-	(9.154)
Contas a receber de clientes	(26.613)	-	(76.862)
Adiantamentos	(5.267)	-	(5.267)
Impostos a recuperar	(1.996)	-	(1.996)
Despesas antecipadas	(28)	-	(28)
Depósitos judiciais	(86)	-	(86)
Imobilizado	(25)	-	(25)
Intangíveis	(1.265.866)	-	(1.265.866)
Investimentos	(22.640)	-	(22.640)
Outros ativos	-	-	(2.126)
Fornecedores	3.263	-	3.389
Debêntures a pagar	1.282.201	-	1.282.201
Obrigações trabalhistas	9.688	-	9.688
Obrigações tributárias	1.519	-	1.519
Adiantamentos de clientes	26.632	-	19
Dividendos a pagar	15.270	-	15.270
Contas a pagar por aquisições	736.819	-	736.819
Fundo de investimento em direitos creditórios – Cotas integralizadas	-	-	65.300
Fundo de investimento em direitos creditórios – Rendimentos de Cotas	-	-	2.259

	Controladora		Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
Outras transações que não envolveram caixa			
Benefícios em móveis de terceiros sem efeito caixa	485	-	485
Aquisição de arrendamento	-	19.526	-
Compensação de créditos fiscais federais com imposto de renda e contribuição social	21.132	28.423	21.160
Compensação de IRRF – Combinação de Negócios	9.590	-	9.590

Antonio Nuno Henriques Cardoso Verças
Diretor Presidente

Patrick Magalhães Von Schaaffhausen
Diretor Financeiro

Ivan Carlos Scatola
Contador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e aos Administradores da Descarbonize Soluções S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Descarbonize Soluções S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Descarbonize Soluções S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de impostos diferidos ativos

Por que é um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 20 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos de impostos diferidos ativos, oriundos principalmente do benefício fiscal de amortização do ágio registrado em 2023, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2, e de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social também gerados no ano de 2023.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos foi efetuado pela Diretoria considerando o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses ativos fiscais diferidos, com base no plano de negócios e orçamentos preparados e aprovados pela Administração da Companhia.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são materiais para a auditoria; (ii) a determinação de resultados tributáveis futuros necessários para realização dos impostos diferidos ativos é uma estimativa que envolve subjetividade em relação às premissas utilizadas nas projeções, tratando-se de um julgamento relevante da Diretoria; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor dos impostos diferidos ativos registrados; e (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e interações com a Diretoria da Companhia para avaliação do tema.

Contabilização e base de consolidação das operações com FIDC

Por que é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia é detentora da totalidade das cotas subordinadas do Sol Agora Green ESG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC I”) e do IS Sol Agora Green II ESG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC II”). Os dois Fundos foram constituídos sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores autorizados, que tem por objetivo proporcionar rendimento aos Cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios que atendam aos critérios definidos no Regulamento do Fundo. Esses direitos creditórios adquiridos são originados como fonte de financiamento aos clientes que compram equipamentos e/ou sistemas acessórios para geração de energia solar comercializadas pela Companhia e outros distribuidores nacionais.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas, independentemente da natureza de seu envolvimento com a entidade (investida), o investidor deve determinar se é controlador avaliando se controla a investida. Nas situações em que um veículo estruturado é utilizado pela Companhia, cabe à Diretoria julgar se há necessidade de consolidação dessa entidade veículo de acordo com os critérios previstos no referido pronunciamento técnico. Adicionalmente, a avaliação relativa à venda definitiva de recebíveis é complexa e envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da Diretoria da Companhia, devendo endereçar, entre outros aspectos, a transferência de riscos e benefícios dos recebíveis por parte do cedente de acordo com os critérios de desreconhecimento de ativos previstos no pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Devido a esses aspectos, consideramos a contabilização e a base de consolidação das operações com o FIDC como um principal assunto de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 01 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOMIATSU
Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “R” TP

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 05770/O-2

DESCARBONIZE SOLUÇÕES S.A.
CNPJ nº 81.106.957/0001-19
NIRE 41300313199

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024

I. DATA, HORA E LOCAL: No dia 21 de março de 2024, às 13:00 horas, na sede da Descarbonize Soluções S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida Advogado Horácio Raccanello Filho nº 1.836, Bairro Vila Nova, CEP 87.045-237, na cidade de Maringá, no Estado do Paraná.

II. PRESEÇA: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 17, § 3º, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

III. MESA: A reunião foi presidida pelo membro Conselho de Administração, Sr. Alexandre Honore Marie Thiollier Neto (“Presidente”) e secretariada pela Sra. Silvia Nougalli Salmeron (“Secretária”), conforme indicação da Presidente.

IV. ORDEM DO DIA: Delibear sobre: (a) a renúncia do Sr. Thiago Sampaio de Athayde dos cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (b) a eleição do Sr. Patrick Magalhães Von Schaaffhausen para os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e (c) a aprovação da Política de Segurança da Informação da Companhia.

V. DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas e restrições: (a) tomam conhecimento e aceitam o pedido de renúncia do Sr. Thiago Sampaio de Athayde (“Sr. Thiago”) dos cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, manifestada pelo Sr. Thiago por meio de carta de renúncia assinada e recebida na presente data. Os membros deste Conselho de Administração agradecem os serviços e dedicação do Sr. Thiago durante todo o seu mandato; (b) elegem o Sr. Patrick Magalhães Von Schaaffhausen (“Sr. Patrick”) para os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, mediante a assinatura do Termo de Posse assinado e apresentado na presente data, para cumprimento do prazo de mandato remanescente do Diretor renunciante deliberado no item (a), e permanecerá em seus cargos até a eleição e posse do seu substituto; (c) aprova a outorga ao Sr. Patrick, enquanto Diretor Financeiro da Companhia, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social, dos poderes para, isoladamente, gerir o relacionamento com os bancos e praticar quaisquer atos perante instituições financeiras, incluindo, sem limitação, contratar financiamentos e outros contratos financeiros, dar e receber operação, assinar declarações e/ou notificações, assinar, aditar e fechar contratos de câmbio e/ou operações com derivativos, incluindo eventuais aditivos e antecipações, abrir, movimentar, transferir e encerrar todas as contas bancárias de titularidade da Companhia, enfim, todos os atos necessários ou desejáveis para representação da Companhia perante bancos e instituições financeiras. Fica também aprovada a delegação de qualquer poder de representação descrito mediante outorga de procuração simples, em nome da Companhia, assinada isoladamente pelo Diretor Financeiro; e (d) aprovaram, nos termos do artigo 18 (g) do Estatuto Social, a Política de Segurança da Informação da Companhia, denominada “POL-SEG-001 Política de Segurança da Informação”.

VI. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi suspensa pelo Presidente para a lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

VII. PRESENTES: Mesa: Alexandre Honore Marie Thiollier Neto – Presidente; e Silvia Nougalli Salmeron – Secretária. **Membros do Conselho de Administração Presentes:** Srs. Alexandre Honore Marie Thiollier Neto, Henrique Cursalade Martins e Rafael Thor de Moura Rebelo Rocha. **Ata arquivada pela Junta Comercial do Paraná em 02/04/2024, sob nº 20242249426.**

Job!
Soluções em pessoas

“TODAS AS VAGAS ABERTAS NA AGÊNCIA DO TRABALHADOR ESTÃO SUJEITAS A ALTERAÇÕES OU CANCELAMENTOS SEM AVISO PRÉVIO”.

As vagas podem ser consultadas de forma online através do site <https://empregabrasil.mte.gov.br/> ou pelo aplicativo Sine Fácil. A consulta também pode ser realizada de forma presencial mediante prévio agendamento no site www2.marisinga.pr.gov.br/site/atendimento@jobcenter.srv.br

Analista de Departamento Pessoal: Ensino Superior Cursando ou Completo/ Experiência na função/ Experiência com SEFIP ,DCTF Web/ Conhecimento do Sistema Sênior/ Excel avançado/ CNH AB em dia.

Analista Contábil/ Contador (a): Ensino Superior em Ciências Contábeis/ CRC Ativo/ Experiência na função / Legislação atualizada / Desejável ter trabalhado em escritório contábil.

Analista Fiscal Sênior P/ Empresa: Superior completo em Ciências Contábeis / Experiência na função / Disponibilidade para horas extras / CNH B / Conhecimento em sistema ERP preferencialmente no ramo de concessionária de veículos.

Assistente de Atendimento - Instituição Financeira: Ensino superior cursando / Experiência em instituição financeira / Conhecimento em produtos e serviços bancários.

Assistente de Atendimento - P/ Concessionária: Ensino Médio ou Ensino Superior/ Experiência na função/ Experiência em instituição financeira / Conhecimento em marketplace/ redes sociais.

Assistente de Fiscal de Mall – Shopping: Ensino Médio/ Desejável experiência na função e/ ou similares. Disponibilidade de horários, escala 12x36

Assistente Departamento Pessoal - Escritório Contábil: Ensino Médio ou Ensino Superior/ Experiência na função/ Experiência em instituição financeira / Informática atualizada/Desejável conhecimento sistema Domínio e/ou Pholha.

Assistente Departamento Pessoal – (Vaga Exclusiva para PCD): Ensino Médio e/ou Ensino Superior/ Informática atualizada/ Experiência em acompanhamento de processos seletivos, entregas de holeretes e demais atividades pertinentes a função.

Assistente Departamento Pessoal - Instituição Financeira: Ensino superior cursando / Experiência com recursos humanos e recrutamento e seleção.

Analista Contábil e Fiscal: Ensino superior completo em contábeis / Experiência na função.

Assistente de Vendas: Ensino médio ou superior em curso ou completo nas áreas de gestão comercial, administração, secretariado/ Experiência na função.

Atendente (padaria): Experiência com atendimento / Informática básica e curso de

atendimento ao público/ Disponibilidade para trabalhar de domingo a domingo das 6h até 14h20 ou 12h40 até 21h.

Auxiliar de Produção (comércio de Ferragens): **** NECESSÁRIO POSSUIR VEÍCULO PRÓPRIO** Experiência com carga e descarga.

Auxiliar Administrativo (trans portadora): Ensino médio / conhecimento de rotinas básicas administrativa. O conhecimento de informática é um diferencial.

Controller (pj): Superior Completo em Contabilidade com Registro no CRC / Excel Intermediário / CNH e veículo próprio / Conhecimento em Planejamento, Controle, Informação, Contabilidade Gerencial e Fiscal, Análise e Construção de indicadores financeiros (KPIs), Metas financeiras e orçamentárias, e Projeções.

Atendente de Padaria/conveniência (posto de Combustível): Ensino médio / Experiência com cozinha / técnico na área de gastronomia será considerado um diferencial / Veículo próprio.

Auxiliar de Padeiro (panificadora): Experiência em manipular massas/ Experiência em preparar recheios e com manipulação de alimentos em geral / Disponibilidade para trabalhar de DOMINGO a DOMINGO das 11h até 19h20 ou 12h até 20h20

Auxiliar de Cozinha (produtores Hosterias): Experiência na função/Experiência em cotação de preços/**Necessário ter veículo próprio**

Auxiliar de Limpeza: Horário de Trabalho das 14h as 23h / Experiencia na função / Ensino fundamental ou médio / Horários de shopping: de domingo a Domingo com uma folga na semana por escala.

Auxiliar de Informática: Ensino Médio e/ou Cursando Nível Superior na área/ Noções e/ou experiência na função / Conhecimento em banco de dados Oracle CNH AB.

PERFIL

Movido a sonhos, projetos e muito trabalho, Aldori coloca o vôlei de Maringá elite

A equipe que tem o menor orçamento entre todas que participam da Superliga já está entre as grandes do vôlei brasileiro e tem planos para chegar ainda mais longe

Luiz de Carvalho
redacao@omaringa.com.br

Quando adotou a frase “Opte por aquilo que faz o seu coração vibrar”, Aldori não sabia que seu autor era o guru indiano Osho (Rajneesh Chandra Mohan Jain) e nem mesmo o que ela significava. Aliás, ele não escolheu frase, escolheu a filosofia, mas ainda nem sabia disso. A primeira vez que sentiu o coração vibrar ele era ainda menino. Foi quando pisou numa quadra para, pela primeira vez, jogar vôlei e descobriu que era aquilo o que queria fazer para o resto da vida.

Hoje, alguns anos depois Aldori possivelmente não tenha descoberto de quem é a frase que ele adotou, mas continua sentido o coração vibrar e fazendo o que escolheu para toda sua vida: vôlei. É vôlei pela manhã, à tarde e à noite ele vai para casa assistir vídeos de partidas de vôlei, ler livros sobre vôlei, estudar estratégias para jogos à frente.

O menino que entrou numa quadra de esportes a primeira vez em Figueira, cidade paranaense em que nasceu e cresceu, nos últimos anos caminha nervosamente ao lado da quadra junto com lendas como Zé Roberto Guimarães, Nicola



Foto: Divulgação

Negro, Luizomar de Moura, Duda Nunes e Bernardinho, seus ídolos, que agora são também adversários à frente das grandes equipes do voleibol feminino do Brasil.

JOGADOR COM ESPÍRITO DE TÉCNICO

Da mesma forma que tem olhar para perceber um talento como jogador de vôlei, o técnico Dema (Valdemar Umbelino da Silva) tem olhos de lince

para descobrir um treinador.

Depois de se destacar como jogador em sua pequena Figueira, Aldori Gaudêncio Junior conseguiu que seus pais o deixassem ele mudar para Maringá para jogar em times maiores. E foi aí que em 2010 ele achou a Amavôlei, fundada por Dema desde o fim do patrocínio da Cocamar para o vôlei de Maringá. Logo Dema percebeu que Aldori tinha jeito também para técnico e o

leveu como auxiliar para treinar as equipes de base, formadas por garotos e meninas de 12, 13 anos.

“Com a orientação do Dema e um jeito natural para o trabalho, fui aprendendo e logo pude montar meu próprio projeto”, conta o técnico da Unilife Maringá, única equipe de vôlei feminino do Paraná e uma das 12 no Brasil disputando a Primeira Divisão da Superliga.

O primeiro projeto foi em

Telêmaco Borba e logo a equipe de Aldori começou a ganhar jogos, depois campeonatos. Isto lhe deu visibilidade, portas se abriram e os convites apareceram. Foi trabalhar em Londrina, depois em Ponta Grossa e em 2020 seu antigo técnico o chamou para trabalhar em Maringá. Dema, que já tinha se aposentado como treinador, queria se aposentar também como gestor, mas queria um substituto que mantivesse viva a chama da Amavôlei.

PROJETO DOS SONHOS

O sonho de Aldori era disputar a Superliga Feminina de Vôlei, mas para isso não bastava apenas ter um time dentro de quadra, “precisávamos dos profissionais certos para as funções certas, parceiros, enfim, gente que também acreditasse no projeto”.

Ainda em 2020, a Amavôlei, agora com o nome do patrocinador, Unilife Maringá, disputou a terceira divisão, a Superliga C. Ganhou e foi para a Segunda Divisão no seguinte: ganhou de novo e foi a realização de um sonho quando a equipe chegou à Primeira Divisão da Superliga, onde ia enfrentar as maiores equipes do Brasil, como Flamengo, Osasco, Cruzeiro, Fluminense,

Pinheiros, enfim, aqueles times cheios de jogadoras da seleção brasileira, que a gente vê na televisão participando de grandes competições. E o garoto de Figueira estaria ao lado da quadra de igual para igual com Bernardinho e Zé Roberto Guimarães, dois dos maiores técnicos de voleibol do mundo, colecionadores de medalhas olímpicas.

“Desde o primeiro ano, eu, os demais gestores e a equipe técnica, programamos onde chegaríamos a cada temporada. E deu certo. Estamos há três anos na Série A e em cada ano chegamos onde programamos. Neste ano, o objetivo era chegarmos aos playoffs e já estamos quase lá. De agora em diante o objetivo é jamais deixar de se classificar entre os oito primeiros, disputarmos a Copa Brasil todos os anos. Mas, nos próximos anos visamos a ficar entre os seis primeiros, depois entre os quatro e uma hora realizarmos o sonho de disputarmos um título em pleno Chico Neto. É um sonho? Claro, assim como era um sonho chegar à Superliga, assim como era um sonho disputarmos a Copa Brasil e chegarmos aos playoffs da superliga. Isso faz o coração vibrar”.

FINALÍSSIMA

Após derrota na ida, Maringá FC foca em reverter vantagem do Athletico

Cristiano Martinez
redacao@omaringa.com.br

A semana tem sido de preparação ao Maringá Futebol Clube (MFC). Após perder na ida para o Athletico, o Dogão ganhou um período cheio para tentar reverter a vantagem do adversário na finalíssima do Campeonato Paranaense de 2024.

O segundo jogo está marcado para o próximo sábado, 6, em Curitiba, na Ligga Arena, às 17h. Como perdeu por 1 a 0 no Estádio Willie Davids, em Maringá, o Tricolor precisa devolver o placar, para levar a decisão aos pênaltis; ou por dois

gols ou mais para ser campeão no tempo normal. Um empate dá o título ao Furacão.

A primeira partida registrou público de 13.777 torcedores no WD. Durante este confronto, o Maringá teve 14 finalizações contra nove do Athletico, sendo cinco em gol contra dois do adversário, além de 63% de posse de bola na partida.

O técnico Jorge Castilho elogiou a postura da equipe, que competiu, foi superior, mas infelizmente não conseguiu converter em gols. “Foi um grande jogo e fizemos um grande jogo. Infelizmente não conseguimos converter nossas chances criadas em gols e o Pablo foi muito

feliz na cobrança de falta. Da nossa parte não faltou intensidade, entrega e acredito que estamos vivos sim para a próxima partida”, explicou o treinador, via assessoria.

Para o segundo confronto, Castilho poderá utilizar o zagueiro Vilar e o meio-campista Morelli, que estavam suspensos na primeira partida da decisão.

INEDITISMO

Em caso de sucesso, seria o primeiro título do MFC na 1ª Divisão, rompendo inclusive um jejum maringaense. Desde o troféu do Grêmio de Esportes Maringá (GEM) em 1977,



Foto: Fernando Teramatsu/MFC

nenhuma equipe da Cidade Canção conseguiu levantar novamente o caneco na elite do futebol estadual.

E olha que chances não faltaram. O próprio Dogão teve duas oportunidades. Em 2014,

perdeu no WD para o Londrina Esporte Clube (LEC), em decisão nos pênaltis; e em 2022, foi vice diante do Coritiba.

Já em 2002, o Grêmio Maringá (sem ligação com outros Grêmios) caiu para

o Iraty SC na final de uma versão menor do estadual (o Trio de Ferro da Capital participou depois do “Supercampeonato Paranaense”); mesmo caso do GEM de 1981, superado pelo LEC.

Cambé comemora 35 anos de fundação

O Clube Atlético Cambé (CAC) completará 35 anos de fundação nesta quinta-feira, 4. Presidido por Yago Wender Barros Brito, o Alvinegro disputa a terceira divisão do campeonato paranaense. Sua melhor colocação na competição aconteceu

em 2015, quando ficou com o vice-campeonato.

Por falar em futebol do Interior, o Nacional Atlético Clube (NAC) oficializou sua mudança para o município de Campo Mourão. Tradicionalmente, o

NAC era de Rolândia, na Região Metropolitana de Londrina (RML); mas ensaiou ida a Maringá e, no fim das contas, resolveu se fixar em CM, no Centro-Oeste do Estado.

Antes dessa mudança, o Nacional

utilizava um centro de treinamento e o Estádio Braz Clementino de Mendonça para as categorias de base, ambos em Marialva, cidade vizinha a Maringá.

O NAC subiu no ano passado, junto com o Atlético Clube Para-

navá (ACP). Assim, em 2024, os dois disputarão a Divisão de Acesso, competição em que o Vermelho promete altos investimentos após ter a SAF adquirida pelo cantor sertanejo Gustavo Lima. **(Da Redação)**

ACESSE NOSSO SITE

omaringa.com.br

SIGA . CURTA . COMPARTILHE.

www.omaringa.com.br